

# Congresso não exerce prerrogativas

## Economistas com mandato não vêm o que mudou entre os Três Poderes

MARILENA DEGELO  
Da Editoria de Economia

As prerrogativas conquistadas pelo Congresso Nacional na elaboração da nova Constituição não estão empolgando os economistas com mandato no Senado e na Câmara dos Deputados. O senador Roberto Campos (PDS-MT), ex-ministro do Planejamento do governo Castelo Branco, chega a fazer a seguinte pergunta, descrente da utilização desses novos poderes: "A Constituição nunca pegou. Será que essa pega?" Ele levanta esta questão como uma crítica à omissão do Congresso em relação às medidas que o Governo adotou sem que os parlamentares usassem as prerrogativas que já possuem na Constituição em vigor.

O Congresso tem poder desde 1967 para exigir orçamento unificado, planos anuais, manter comissões permanentes de Inquérito. Agora que reclamou mais poderes, será obrigado a desempenhá-los. Até aqui o que vimos foi muita demagogia, populismo e pouca concentração, reclama o senador.

Para o ex-ministro, as reais inovações que a Constituinte dará para que o Congresso atue na economia são o voto de censura aos ministros e a possibilidade de modificar o orçamento. Ele reclama a falta de análise e discussão do programa orçamentário apresentado pelo Governo Federal: "Em outros

LUIZ MARQUES



Roberto Campos

países metade do ano é dedicado a isso, aqui em uma tarde se aprova o orçamento, sem qualquer análise".

O deputado Irajá Rodrigues (PMDB-RS), um parlamentarista convicto, reclama que embora o Congresso poderá ampliar a sua influência na economia, na análise do endividamento interno e externo, na alteração da proposta orçamentária e na instituição de comissões técnicas, não crescerá em poder político real. Pondera, entretanto, que com o presidencialismo aprovado na última terça-feira, embora prevaleça o poder do Executivo, não haverá um esmagamento do Legislativo.

### CONTROLE

O problema, segundo Irajá, é que na velocidade como o ministro da Fazenda, Majlson da Nóbrega, vem negocian-

GERALDO MAGELA



Gastoni Righi

do a dívida externa, quando a nova Constituição entrar em vigor, o Congresso não poderá fazer mais nada para salvar o País do controle dos banqueiros internacionais. "Ele deixou, por exemplo, de falar em spread zero, em securitização da dívida e em fixação de patamares para os reajustes das taxas de juros internacionais. Para fazer a negociação que estão fazendo, nem precisariam ir lá. Os bancos estão ditando as condições" — criticou o deputado.

O ex-secretário da Fazenda de Leonel Brizola, no Rio de Janeiro, deputado do PDT, César Maia, também está prevendo que o Congresso ficará de braços atados se for confirmado os cinco anos de mandato para o presidente José Sarney. Nos próximos dois anos de Governo, segundo

GERALDO MAGELA



Irajá Rodrigues

ele, vai se intensificar a recessão econômica. Mesmo assim ele acredita que os deputados encontrarão instrumentos para exercer ao máximo os seus poderes legislativos. "Vai existir oposição de fato e o Congresso será um instrumento satisfatório para manter o jogo democrático em matéria econômica, controlando e fiscalizando o Executivo" — diz Maia otimista.

O deputado Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP) acredita que o Congresso será fortalecido nessa nova Constituição para evitar abusos do Governo. Isso acontecerá principalmente, segundo ele, quando o orçamento ou qualquer lei do Executivo puder ser discutido antes de ser executada, sem que a população seja surpreendida. O fim do decreto-lei dará também maior estabilidade e



César Maia

seriedade ao Congresso. Ele lembrou ainda que o Governo não poderá mais aplicar choques heterodoxos na economia, como o Plano Cruzado.

### AVANÇO

O líder do PTB, Gastone Righi, prefere aguardar a promulgação da nova Constituição para avaliar em quanto aumentou os poderes do Congresso em relação a economia. "Esperamos ter ainda iniciativas de leis financeiras e tributárias, além do poder de convocação de ministros e funcionários, nas comissões técnicas, inclusive para aprovar e destituir ministros. Ele ao contrário de Plínio e Maia preferia o parlamentarismo ou presidencialismo mitigado. Righi considera um avanço importante da Constituinte a aprovação de iniciativa de

leis para mudar a destinação de verbas: "Através desse instrumento poderemos modificar qualquer aspecto da economia do País".

O Congresso, entretanto, só poderá influir na economia se for rigoroso consigo mesmo, começando por punir ausências, cortando subsídios, denunciando publicamente os faltosos e até cassando mandatos. Na opinião do líder do PTB, os deputados e os senadores também deverão buscar maior eficiência, realizando um processo seletivo na sua composição e não permitindo conchavos políticos.

Outro parlamentarista inconformado é o ex-ministro e deputado Delfim Netto (PDS-SP) que imagina o Brasil menos administrável com o presidencialismo mitigado do que com o sistema presidencialista puro em vigor. "Essa medida precisa ser corrigida agora para dar estabilidade ao Governo" — aconselha o deputado, que defende poderes mais definidos e concentrados. Ele duvida que o presidente da República poderá fazer qualquer mudança na economia depois que a nova Constituição entrar em vigor. "Em vez de mais dois anos, Sarney só terá mais quatro meses para governar. Se eu fosse ele em vez de fazer festa no dia que foi aprovado os cinco anos com presidencialismo mitigado, teria baixado um pacote econômico" — concluiu bem humorado.